

NEWSLETTER

INSTITUTO JURÍDICO
DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

SUMÁRIO

Notícias IJ
PÁG.2

Agenda IJ
PÁG.7

Desafios IJ
PÁG. 10

Tempos de expectante suspensão, entre prazos que avançam e recuam. Mas também tempos de exemplar participação e entrega. Aquelas que o IJ exige sempre, mesmo quando os seus apelos parecem não existir. A mesma participação e a mesma entrega (e compromisso) que a revista *Undecidabilities and Law* nos pede? Sem dúvida! E que melhor ocasião para o lembrar quando temos à disposição duas relevantes chamadas, com prazos generosos (para os números 4 e 5) [ver infra], abertas a (e a esperar respostas de) todos os domínios do Direito e com “guest editors” que, pelo seu imenso prestígio, dispensam apresentação - o Professor Marek Sadowski (Universidade de Łódź) e as Professoras Anne Wagner (Universidade de Lille) e Sarah Marusek (Universidade de Hawai'i Hilo)? Estas chamadas convocam decerto vozes externas, mas esperam (exigem) também vozes internas. Só assim haverá condições para desenvolvermos o diálogo que tais editores e tais temas merecem.

J M Aroso Linhares

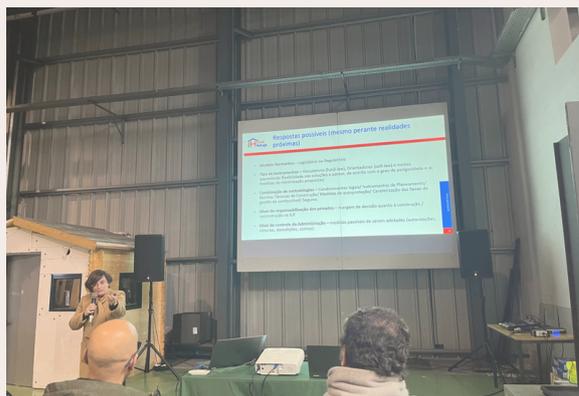
1 2 9 0



INSTITUTO JURÍDICO
FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



I. Últimos eventos do IJ



Projeto House Refuge workshop final

No dia 10 de janeiro, decorreu o workshop final do Projeto House Refuge com a participação das nossas investigadoras Dulce Lopes e Karoline Vitali.

Durante este evento, que decorreu no Laboratório de Estudos sobre Incêndios Florestais (LEIF), situado no Aeródromo da Lousã, foram realizados ensaios de demonstração do funcionamento de soluções de proteção que foram estudadas no projeto.

O projeto House Refuge, que terminou a 14 de janeiro, foi financiado pela FCT e tinha como parceiros a Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial - ADAI (coordenadora), Itecons e o Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.



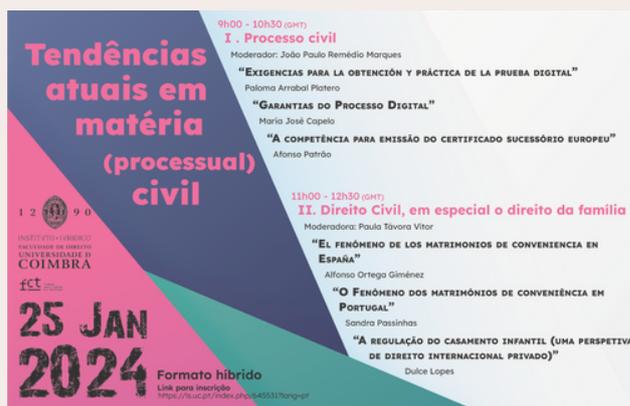
Inteligência Artificial e manutenção da Ordem Pública: impacto da proposta de regulamento de inteligência artificial no direito português

No dia 18 de janeiro de 2024, teve lugar no Colégio da Trindade a Conferência Inteligência Artificial e manutenção da Ordem Pública: impacto da proposta de regulamento de inteligência artificial no direito português.

Esta conferência foi dedicada à investigação sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre Inteligência Artificial, de 21 de abril de 2021, em particular sobre a utilização da inteligência artificial para fins de manutenção da ordem pública.

Para além dos palestrantes convidados, o evento contou com uma sessão de apresentação de comunicações, resultado da chamada para apresentações.

Este evento encontrava-se inserido no projeto "Inteligência Artificial e manutenção da Ordem Pública" implementado por alunos de mestrado e doutoramento, sob a tutoria da nossa investigadora Susana Aires de Sousa, no âmbito de um concurso a projetos exploratórios do Researchers' Camp 2023.



Tendências atuais em matéria (processual) civil

No dia 25 de janeiro de 2024, teve lugar em formato híbrido o evento Tendências atuais em matéria (processual) civil.

Neste evento, foram analisadas algumas questões de direito (processual) civil que são ainda contenciosas e que correspondem a questões societais com incidência jurídica: como a prova digital, o uso de certificados sucessórios, os casamentos de conveniência e os casamentos infantis.

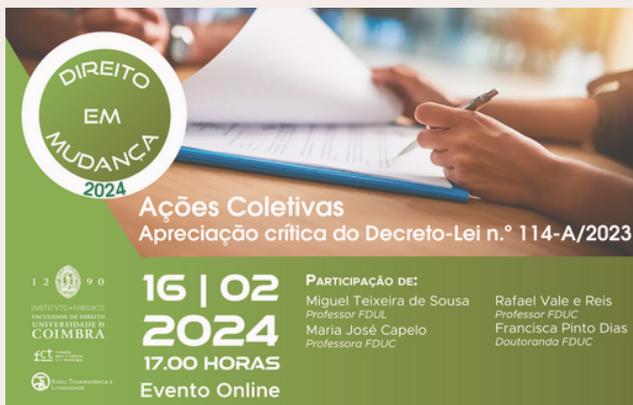


Researchers' Camp 2024

O Researchers' Camp 2024 decorreu no Colégio da Trindade de 5 a 9 de fevereiro e contou com a participação de estudantes de doutoramento de várias instituições de ensino.

Na edição deste ano, foram abordados diversos temas, tais como inovação e empreendedorismo académico; publicação de artigos académicos; revisão da literatura e ferramentas de apoio à escrita académica; o recurso à inteligência artificial; metodologias de investigação; estratégias para a gestão de tempo, entre outras. No final, os/as participantes foram convidados/as a apresentar uma proposta de inovação social e/ou de comunicação de ciência.

Além de investigadores do Instituto Jurídico, as sessões de formação também contaram com a participação de oradores externos que ampliaram o leque de conhecimentos do programa desse ano.



Direito em Mudança: Ações Coletivas - Apreciação Crítica do Decreto-Lei n.º 114-A/2023

No dia 16 de fevereiro de 2024, decorreu o webinar Direito em Mudança: Ações Coletivas - Apreciação Crítica do Decreto-Lei n.º 114-A/2023. Neste evento, Miguel Teixeira de Sousa (Professor FDUL), Maria José Capelo (Professora FDUC), Rafael Vale e Reis (Professor FDUC) e Francisca Pinto Dias (Doutoranda FDUC) discutiram o Decreto-lei n.º 114-A/2023, que estabelece o regime aplicável às ações coletivas nacionais e transnacionais para proteção dos direitos e interesses dos consumidores. O debate foi moderado pela nossa investigadora integrada Maria João Antunes.



Conferência sobre violência doméstica e de género

A conferência sobre violência doméstica e de género - do plano europeu às boas práticas nacionais (as experiências portuguesa e italiana) teve lugar no dia 23 de fevereiro de 2024, na Capela do Colégio da Trindade. Entre diversos assuntos, foram abordados vários aspetos relativos à violência física, psicológica, sexual e económica dirigida contra as mulheres em contexto familiar e de intimidade. A coordenação científica do evento esteve a cargo da nossa investigadora Ana Rita Alfaiate, com a colaboração de Daniela Marcello, do Centro de Direito da Família e da Università di Firenze.

II. Últimas publicações do IJ

a) Publicações do IJ



A introdução da pegada ecológica nas normas de contratação pública

Autoria: Luís Eduardo Andreazi

ISBN: 978-989-9075-48-1

Ano: 2023

Resumo: A presente tese tem o escopo de estudar uma possível integração de metodologias ligadas à pegada ecológica nas normas de contratação pública portuguesa e europeias. Esta ideia tem como cenário o progressivo surgimento e fortalecimento de normas e aspetos ambientais nos mais variados ramos do Direito interno e europeu, fruto de um crescente impulso legislativo que visa não apenas combater as alterações climáticas, mas especialmente colocar a União Europeia em um caminho rumo a um desenvolvimento sustentável. É neste contexto que a nossa análise das normas jurídico-administrativas relativas à contratação pública se insere, uma tentativa de impulsionar as compras públicas ecológicas e fazer desenvolver na contratação pública um cenário de proliferação de normas e aspetos ambientais, especialmente naquilo que diz respeito ao desenvolvimento de atividades económicas por parte dos operadores participantes nos procedimentos contratuais públicos. O caminho tomado para a realização de toda esta ideia percorre quatro grandes pontos: primeiro, a apresentação daquilo que constitui a pegada ecológica e outros indicadores a ela associados, entendendo as vantagens e desvantagens de sua aplicação; em um segundo momento, o estudo das normas de contratação pública europeia e portuguesa, buscando entender como elas rececionam fatores e critérios ambientais, e de que forma podem se relacionar com a pegada ecológica; em um terceiro momento, a compatibilidade entre os princípios fundamentais da contratação pública e a introdução da pegada ecológica como critério de contratação; e por fim, em um quarto momento, a análise de uma Recomendação da Comissão Europeia responsável pela estruturação de uma metodologia da pegada ecológica passível de ser introduzida nos ordenamentos jurídicos pertinentes à contratação pública. Uma vez entendidos estes pontos, poderemos compreender como os ordenamentos jurídicos contemporâneos suportam a introdução de aspetos ambientais dentro das regras e princípios da contratação pública, e como deveremos proceder jurídica e legislativamente para que a pegada seja integrada neste contexto, momento em que conseguiríamos expor nossas conclusões e apresentar nossas recomendações de como esta ideia deverá desenrolar-se neste ramo jurídico do Direito Administrativo.



O Papel da Organização Mundial do Comércio na Transição para as Energias Renováveis - o caso da subsídio verde

Autoria: Vítor Emanuel Marques Dias

ISBN: 978-989-8891-76-1

Ano: 2024

Resumo: As alterações climáticas, nos últimos anos, têm sido um dos temas de maior proeminência para a opinião pública, sendo também uma das questões mais relevantes no comércio internacional. O estudo parte de uma das problemáticas que vem tendo grande destaque nesta matéria, o combate à subsídio fóssil, uma tarefa de difícil execução e que se encontra dependente de ações no Órgão de Resolução de Litígios da OMC, presentemente paralisado. Dada a dificuldade de restringir estes apoios, surgiu, recentemente, uma reforma no sentido de terminar este tipo de subsídios, atendendo às necessidades económicas dos países dependentes da exploração destes combustíveis. Num outro prisma, muito se tem também debatido acerca da (in)compatibilidade dos subsídios benéficos para o ambiente com a legislação da OMC, apresentando-se várias propostas com vista a contornar as barreiras impostas pelo Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias.

Texto integral [aqui](#).



Mecanismo de ajustamento carbónico fronteiriço e a compatibilidade com as normas da organização mundial do comércio: Match or swipe left?

Autoria: Marcelo António Carneiro Rocha

ISBN: 978-989-8891-77-8

Ano: 2024

Resumo: Para cumprir os objetivos do pacote Fit for 55 da UE, a Comissão Europeia propõe a aplicação de um mecanismo de ajustamento das emissões de carbono nas fronteiras (CBAM) para substituir as licenças de emissão gratuitas para as indústrias emissoras mais expostas ao comércio. O CBAM destina-se, em primeiro lugar, a evitar fugas de carbono, mas também aborda a espinhosa questão do cumprimento das obrigações por parte dos produtores europeus de indústrias com utilização intensiva de carbono. A sua conceção, no atual Regulamento questiona a compatibilidade com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). O presente documento tem como objetivo expor o regime do Regulamento e conhecer acerca de todos os pontos de (in) compatibilidade com o GATT).

Texto integral [aqui](#).

I. Vida interna do IJ



Formação Avançada: Programa de Pós-Doutoramento em Direito

A 29 de fevereiro terminaram as candidaturas da primeira fase ao programa de pós-doutoramento em direito. A segunda fase de candidaturas decorrerá de 2 de maio a 30 de junho de 2024.

O programa de pós-doutoramento é uma formação especializada de doutores reconhecida através de diploma pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Saiba mais sobre os ramos e as áreas de especialidade, o regulamento e o formulário de candidatura [aqui](#).



Candidaturas a projetos

O Instituto Jurídico submeteu duas candidaturas a financiamento internacional, nestes dois meses. A primeira foi a uma cátedra Jean Monnet, financiada pelo programa Erasmus +, com o título “GSL4EUGrowth - Governance, Sustainability, and Litigation in the EU: How to Protect the Environment and Human Rights while Promoting Business Development and Growth in the EU”, coordenada pelo nosso investigador integrado Rui Dias. A segunda foi submetida ao Cluster 2 do Horizonte Europa, com o nome de “FRAISE - Framing the impact of rule of law against socio-economic aspirations”. A equipa do IJ é liderada pelo nosso investigador integrado Alexandre Dias Pereira, na qualidade de membro do consórcio que é coordenado pela Universidade de Tallin.



Reunião de lançamento do projeto EU-CIEMBLY

O Colégio da Trindade recebeu a reunião de lançamento do projeto “EU-CIEMBLY: Creating an Inclusive European Citizens’ Assembly”, entre os dias 20 e 22 de fevereiro de 2024. Tendo tido início, oficialmente, em janeiro, a equipa do projeto esteve em Coimbra para um encontro de trabalho fundamental para a definição do plano de trabalho para os próximos 4 anos.

Coordenado pelo Instituto Jurídico, o projeto conta com 11 instituições parceiras, de 10 países e 3 continentes. Além da UC, estão as Universidades de Essex, Complutense de Madrid, Witwatersrand Johannesburg, Bergamo, Victoria Wellington e Waikato, além das associações Aspon, Institute for Methods Innovation e Make.org. No Instituto Jurídico, Dulce Lopes é a Investigadora Responsável pelo projeto e lidera a equipa da UC formada por Alexandra Aragão, Fernando Borges, Lucia Muñoz, Clara Serrano, Joana Ricarte e Isabel Valente.

O EU-CIEMBLY pretende proceder ao desenho de uma nova ferramenta de participação na UE, não apenas do ponto de vista teórico, mas colocando em marcha assembleias-piloto, que permitam formular recomendações jurídicas e políticas relevantes no domínio da participação dos cidadãos. O projeto é financiado pelo programa Horizonte Europa.



II. Eventos programados do IJ



16 MARÇO 2024

Congresso Internacional Temas Atuais de Direito do Consumidor

Mais informação [aqui](#).



4-6 ABRIL 2024

II Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia do Direito

Mais informação [aqui](#).



9-11 MAIO 2024

Supporting Capacity

Mais informação brevemente.

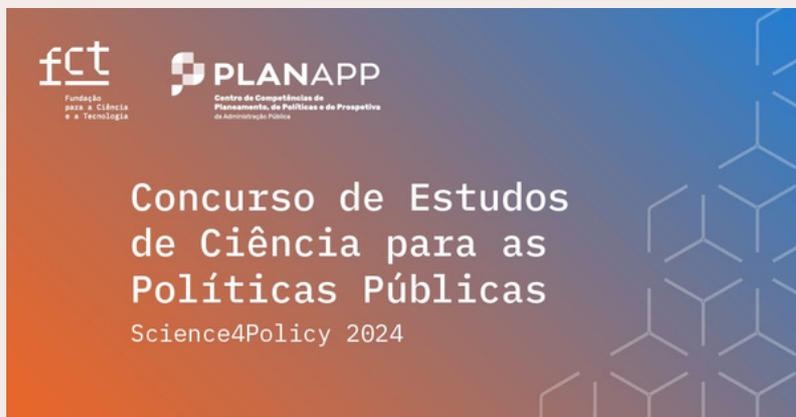


17 MAIO 2024

V Jornadas Coimbra-Sevilha de Direito Administrativo

Mais informação [aqui](#)

III. Chamadas para bolsas, financiamentos e prémios

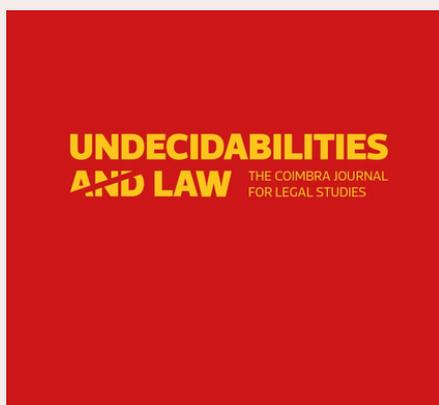


i) Science4Policy (S4P-24): Concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas Candidaturas 2 de abril de 2024

O S4P-24 é destinado a entidades do sistema científico e tecnológico nacional e tem o objetivo de promover a produção de conhecimento científico para responder a necessidades específicas das várias áreas de política pública.

No âmbito do concurso S4P, as entidades do sistema científico e tecnológico nacional concorrem com propostas de projeto a uma das 32 linhas temáticas (ver [aqui](#)), enquadradas nas Agendas Temáticas da Estratégia Portugal 2030. Cada projeto deve ter a duração máxima de 12 meses e termina com a submissão de um policy brief. O orçamento da proposta não pode exceder a dotação máxima indicada para a respetiva linha temática.

Para informações sobre o processo de candidatura ao S4P-24, contactar: concursoprojetos@fct.pt
Mais informação [aqui](#).



ii) Chamada para artigos: Undecidabilities and Law Volume IV (2024)

Tema: Legality and Proportionality in The Performance of Law
Editor: Marek Zirk-Sadowski - Uniwersytet Łódzki (University of Łódź)

Submissões na plataforma até **31 de maio de 2024**

Mais informação [aqui](#)

iii) Chamada para artigos: Undecidabilities and Law Volume V (2025)

Tema: Rhizomatic Law: Understanding the Linearity and Pendulum of Legal Evolution

Editores: Anne Wagner (Centre de Recherche Droits et Perspectives du droit (ULR 4487), équipe René Demogue - Lille University France) & Sarah Marusek (University of Hawai'i Hilo, USA)

Submissões na plataforma até **30 de junho de 2024**

Mais informação [aqui](#)

Conheça os projetos do IJ

O plano de trabalho do IJ está assente na reflexão sobre soluções jurídicas para problemas contemporâneos. Como unidade de investigação, o IJ estabelece uma ponte entre a comunidade académica jurídica da UC e a sociedade através dos diversos projetos de investigação que desenvolve. Em cada edição da Newsletter do IJ serão apresentados projetos do IJ. Informações completas e detalhadas sobre todos os projetos do IJ podem ser consultadas [aqui](#).



I – POWER – Purpose-Ownership Extensive Reflection

Coordenador no IJ/FDUC: Carolina Cunha

Objetivo: O projeto POWER está dividido em dois eixos, com objetivos e equipas nacionais e internacionais, que irão trabalhar de maneira colaborativa. A nível nacional os objetivos são os seguintes: 1) Identificar o tipo de estruturas jurídicas que no atual ordenamento jurídico português podem ser utilizadas para implementar o modelo da purpose-ownership, assinalando tanto o seu potencial como as suas eventuais insuficiências; 2) Realizar um benchmarking com as soluções adotadas em outros países, recolhidas através da vertente internacional do projeto, de modo a identificar mecanismos jurídicos já experimentados ou em discussão, bem como a testar posteriormente a respetiva viabilidade no contexto jurídico nacional; 3) Elaborar um “catálogo” de sugestões para as empresas portuguesas escolherem e trabalharem, dentro do atual quadro normativo, uma estrutura jurídica apta a concretizar alguns traços distintivos do modelo da purpose-ownership. Perspetivam-se opções mais e menos complexas, mais e menos dispendiosas, sendo que o tipo de empresa e a sua dimensão condicionarão decisivamente a escolha a realizar; 4) Prevê-se que o projeto venha a desembocar numa proposta de inovação jurídica em face do direito positivo, construída sobre a base de toda a investigação e reflexão realizadas, incluindo naturalmente os contributos das empresas e do direito comparado. A nível internacional, apresenta os seguintes objetivos: 1) Caracterizar o fenómeno da purpose-ownership, no seu núcleo essencial e variantes, e identificar os principais obstáculos à sua implementação; 2) Levar a cabo uma investigação comparada em diversos Estados-Membros da UE e outros países interessados; 3) Processar e avaliar os resultados dessa investigação comparada, identificando tendências, dificuldades, problemas e soluções preferíveis comuns; e 4) Lançar as bases de uma futura e eventual model law europeia da purpose-ownership.



II – Fireurisk

Coordenador no IJ/FDUC: Dulce Lopes

Objetivo: Harmonizar e aprimorar as estratégias europeias atuais, incluindo as circunstâncias socioeconómicas que afetam a ocorrência de incêndios florestais extremos, bem como as condições biofísicas, como vegetação e clima. Essa combinação de perspetivas permite uma melhor compreensão de como as comunidades são vulneráveis aos incêndios florestais e quais são as melhores práticas de adaptação.

desafios IJ



Consulte os números anteriores da Newsletter [aqui](#).

Siga o IJ nas redes sociais:     